

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**CAMINHOS PARA A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL NA ESCOLA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

PAMELA FLECK DOS SANTOS

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

CAMINHOS PARA A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

Pamela Fleck dos Santos

Monografia apresentada ao Curso de Especialização
do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Eliane Leindcker da Paixão

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização**

**CAMINHOS PARA A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
NA ESCOLA**

elaborada por
Pamela Fleck dos Santos

Como requisito para obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental

Comissão Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Marcia Eliane Leindcker da Paixão
(Presidente/Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Thielen Merck (UFSM)

Prof^a.Dr^a. Carmen Rejane Flores Wizniewsky (UFSM)

Santa Maria, 31 de julho de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por minha vida, por minha saúde,
por me dar forças para nunca deixar de ter fé.
Agradeço à minha família pelo amor e por estarem sempre ao meu lado,
durante a caminhada até aqui.
Agradeço a todos os meus amigos pelo carinho, torcida e força,
em especial ao melhor amigo e noivo Karl Mentges.
Agradeço à Universidade Federal de Santa Maria e ao curso de
Especialização em Educação Ambiental pela oportunidade.
Agradeço à Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa pela promoção
de um momento único de amadurecimento.
Agradeço aos meus professores, pela orientação e em especial a
minha orientadora Márcia Eliane Leindcker da Paixão.
Enfim, a todos que desejaram e desejam meu bem.

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
Universidade Federal de Santa Maria

CAMINHOS PARA A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

AUTORA: PAMELA FLECK DOS SANTOS

ORIENTADORA: MÁRCIA ELIANE LEINDCKER DA PAIXÃO

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 31 de julho de 2015.

Esta pesquisa terá como foco de análise e proposta de ação o Seminário Integrado na Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa, com vistas a pensar caminhos para a inserção da educação ambiental no contexto da escola. Este estudo se propõe a pensar a educação ambiental como modalidade da educação em seu sentido político para auxiliar a formação da cidadania e consciência ambiental. A escola então deve contribuir no papel de motivadora e integradora nas trocas de saberes e técnicas que apontem para uma nova proposta de desenvolvimento para a humanidade: o desenvolvimento sustentável. Projetos em educação ambiental, sejam quais forem os contextos, devem alertar que o meio ambiente não está distante e que os recursos não estão fora do nosso cotidiano, que estamos todos interligados pela condição de humanidade. Nesse sentido, pretendo aliar a proposta pedagógica do Seminário Integrado como tentativa de ressignificação de hábitos, de conceitos e práticas e que impulse o trabalho docente em direção da educação ambiental. É interessante que a educação ambiental esteja nos currículos do ensino médio através de projetos interdisciplinares ou metodologias interdisciplinares envolvendo as temáticas ambientais. O suporte teórico embasará esta pesquisa e será meu apoio para pensar na implementação desses caminhos de inserção da educação ambiental na escola Cilon Rosa.

Palavras-chave: Educação ambiental; Seminário Integrado, Projetos interdisciplinares.

ABSTRACT

Monograph of Specialization
Program Post-graduate Environmental Education
Federal University of Santa Maria

PATHS FOR THE INTEGRATION OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN SCHOOLS

AUTHORA: PAMELA FLECK DOS SANTOS
ADVISOR: MÁRCIA ELIANE LEINDCKER DA PAIXÃO
Date and Place of Defense: Santa Maria, 31st July 2015.

This research will focus in the analysis and action proposed the Integrated Seminar in high school state school Cilon Rosa, in order to think of ways for the inclusion of environmental education at the school context. This study proposes to think of environmental education as a form of education in a political sense to assist the formation of citizenship and environmental awareness. The school must contribute in the role of motivating and integrating the exchange of knowledge and techniques pointing to a new development proposal for humanity: sustainable development. Environmental education projects in whatever contexts must warn that the environment is not far and that resources are not out of our daily lives, we are all interconnected by the condition of humanity. In this sense, I want to combine the pedagogical proposal of the Integrated Seminar as an attempt to reframing habits, concepts and practices and encourage the teaching work toward environmental education. It is interesting that environmental education be a part of high school curriculums through interdisciplinary projects or interdisciplinary methodologies involving the thematic environmental. The theoretical support will be the basis of this research and will provide support for the implementation these insertion ways of environmental education at the Cilon Rosa school.

Keywords: Environmental education; Integrated seminar, Interdisciplinary projects.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa de localização da Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa.....	22
Figura 02 – Mapa de localização da Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa.....	23
Figura 03 – Pátio de entrada da escola.....	24
Figura 04 – Pátio da escola.....	24
Figura 05 – Pátio da escola.....	25
Figura 06 – Pátio da escola.....	25
Figura 07 – Pátio da escola.....	26
Figura 08 – Pátio da escola.....	26
Figura 09 – Pátio da escola.....	27
Figura 10 – Quadra da escola.....	27
Figura 11 – Pátio da escola.....	28
Figura 12 – Quadra da escola.....	28
Figura 13 – Fachada e entrada da escola pela Rua Appel.....	29
Figura 14 – Entrada da escola pela Av. Presidente Vargas.....	29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	12
1.1 Educação Ambiental, Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável.....	17
2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	22
2.1 Sobre o Projeto Político Pedagógico.....	29
2.2 Regimento Escolar.....	30
3 CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	32
3.1 Segundo a Legislação de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e a Educação Ambiental.....	32
3.2 Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional 2011-2014.....	34
3.2.1 Politecnia.....	36
3.2.2 Organização curricular do ensino médio politécnico e o seminário Integrado.....	37
3.3 Pistas para a Construção de um Espaço de Formação de Professores...	38
3.4 Formação Docente.....	39
3.5 Algumas Alternativas para o Espaço de Formação: Escola Sustentáveis e Com-Vida.....	41
3.5.1 A escola como lugar no mundo.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

A educação ambiental como modalidade da educação, em seu sentido político, vem auxiliar a formação da cidadania e consciência ambiental. Dessa forma, a escolha do tema da presente pesquisa foi construído a partir de minha realidade e vivência escolar em uma escola de ensino médio, trata-se da Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa localizada no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

A regência na disciplina de Geografia sempre possibilitou a abertura para o trabalho com a educação ambiental, a partir disso a escolha do curso de Especialização em Educação Ambiental veio aumentar as possibilidades de atuação e o auxílio às questões relacionadas ao trabalho com o meio ambiente na escola.

Através da experiência no setor de Orientação Educacional, principalmente na atuação diária de eventos como mediação de conflitos, orientação para a disciplina, problemas pessoais e sociais refletidos na escola, tive a oportunidade de amadurecer como profissional, acordando com o processo de ressignificação da educação ambiental, proporcionado pelo curso.

Durante o processo de construção do trabalho de monografia, por meio de inúmeras modificações e novas adaptações, conclui que trabalhar a educação ambiental em uma escola de tamanha abrangência e diversidade permeava o trabalho com o corpo docente. A pesquisa se justifica pela carência de projetos articulados em educação ambiental e pela necessidade de sensibilização para a relação das pessoas com outras pessoas e destas com o meio ambiente em que vivem.

A escola, objeto desta pesquisa, está inserida no meio urbano, contempla o acesso à educação para o ensino médio de diferentes bairros e não apenas para o centro e proximidades como se configurava anteriormente. Tal transformação traz a dificuldade de reconstruir a identidade da escola, adversidade expressada na relação entre professores x professores, estudantes x estudantes e estes com seus professores/as e funcionários/as da escola.

Com isso, após reflexões a respeito de como integrar o trabalho na escola, a partir da necessidade de assistência da educação ambiental ao ensino médio, de

maneira significativa e que transformasse a realidade do meio ambiente escolar; entendi que projetos desconectados entre si e da realidade, não iriam ter sucesso e, que, contrariedades do dia a dia iriam permanecer se repetindo. Assim, diante da realidade investigada na vivência do setor, constatei que necessitávamos mudar o foco de análise e promover o diálogo entre docentes e destes com seus alunos/as através da mediação do trabalho pedagógico.

O trabalho pedagógico a partir de novas estratégias deve proporcionar o estímulo ao trabalho em equipe para a construção de metodologias, na tentativa de iniciar um trabalho articulado para se abordar questões ambientais no cotidiano escolar.

A educação é muito importante para alcançarmos o desenvolvimento de uma sociedade atuante na transformação das relações interpessoais do ser humano e deste com a natureza. É através de sua ação-construção educativa que as comunidades escolares buscam uma maior integração social, cultural e econômica em todas as suas potencialidades.

A educação ambiental escolar, através da orientação docente por um planejamento e programa de projetos em educação ambiental, acontecerá por meio da disciplina de Seminário Integrado juntamente com o serviço de Coordenação Escolar e de Orientação Educacional. Apoiada na promoção de medidas restaurativas a boa convivência, visa alcançar uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule uma saudável interação entre os seres humanos e desses com o ambiente.

Educar para o exercício da vida saudável é uma tarefa em que a escola muitas vezes se vê sozinha e desamparada da família, dadas as condições as quais a sociedade reflete. Aliado a essa situação de mediadora de problemas advindos da educação familiar e dos riscos da violência e criminalidade em sociedade, encontrar metodologias é uma das preocupações em que os docentes se deparam diante de educandos desinteressados, despreocupados e sem perspectivas, resultantes de um processo educacional insuficiente. Dadas novas atribuições que recebe, a escola cada vez mais, além de ensinar e promover socialização, constantemente busca responder às necessidades com reformulações em todas as partes.

Acredita-se que inserir a educação ambiental em um projeto pedagógico significativo interdisciplinar de seminário integrado aliado ao serviço de orientação educacional como tentativa de ressignificação de hábitos, impulsiona o trabalho

docente e ajuda-os em seu trabalho dentro e fora de sala de aula. Além de ser uma tentativa de auxiliar a escola em suas funções de maneira geral.

Nesse sentido, a partir de minha experiência como professora de Geografia numa Escola Pública e estudante da Especialização em Educação Ambiental, tenho o seguinte problema de pesquisa: O Seminário Integrado pode conciliar a proposta da legislação estadual para o ensino médio e promover ações em direção à educação ambiental?

A proposta da reforma trouxe às escolas certa dificuldade e resistência a adaptações e redirecionamento do trabalho pedagógico até então fragmentado e consolidado. Esta nova disciplina foi distribuída a professores/as com maior carga horária e, muitas vezes, não aqueles que se sentem mais a vontade com essa nova metodologia de trabalho. Existe então, um descontentamento generalizado entre os professores que trabalham com seminário integrado, reclamações e a não visualização de um sentido prático para os alunos.

Entretanto, em sua maioria, os professores/as buscam um planejamento para o seminário integrado, um plano de trabalho que os guie na tarefa de ministrar tal disciplina. A falta de projetos articulados à educação ambiental tem uma relação entre desinteresse pela aprendizagem em aulas de seminário integrado, cuidado com o meio ambiente escolar e conflitos nas relações entre alunos e alunos, e alunos e professores de diferentes áreas, por exemplo. Estudantes de ensino médio devem ter acesso à educação ambiental de qualidade a fim de desenvolverem sua consciência ambiental.

A partir dessas questões, meu objetivo geral é elaborar um projeto pedagógico em educação ambiental com vistas a uma educação cidadã e sustentável no contexto escolar. Dando continuidade, os objetivos específicos são os seguintes e promover formação na área de educação ambiental ao corpo docente do Seminário Integrado.; coletar dados junto à comunidade escolar a respeito de temas ambientais que serão incluídos no projeto; envolver a comunidade escolar na execução do projeto em educação ambiental. Para dar conta da proposta desse trabalho o foco de ação será o Seminário Integrado. Este está amparado na legislação estadual e propõe o trabalho coletivo de docentes através de projetos, pesquisas e espaços de formação. Assim, inicialmente minha pesquisa será bibliográfica e, depois, o centro de atenção recai sobre o Seminário Integrado como possibilidade de ser um espaço de formação para o corpo docente na área de

educação ambiental, com vistas a seguirmos na proposta de escolas sustentáveis nesta escola específica, envolvendo toda a comunidade escolar nesse projeto. Nesse sentido, a proposta da Secadi será o referencial teórico que sustentará o projeto pedagógico em termos de formação docente e que se capilarizará através da ação da comunidade escolar.

Assim, o primeiro capítulo terá como ênfase os conceitos que envolvem educação ambiental e sustentabilidade como pilares para o alcance do desenvolvimento sustentável. No segundo capítulo, apresento a escola e suas peculiaridades como local no qual o projeto de formação acontecerá e como local de experiências em educação ambiental. Finalizo com o terceiro capítulo propondo a formação docente na área da educação ambiental através do Seminário Integrado, tendo como base e apoio teórico a proposta das Escolas Sustentáveis e Com-Vida da Secretaria de Educação Continuada Aprendizagem Diversidade e Inclusão (SECADI).

1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No decorrer desse primeiro capítulo vamos refletir sobre a importância da educação ambiental para desenvolvermos o paradigma da sustentabilidade, afim de estarmos engajados, trabalhando para um novo modelo de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável.

Através da educação ambiental podemos reverter o quadro atual e impedir que a situação de degradação ambiental se agrave. Através dela buscamos a sensibilização e capacitação da população em geral para tomada de decisões, podemos acompanhar esta discussão pelo capítulo 36 do texto da Agenda 21. A Agenda 21 é um documento operacional para orientar transformações na sociedade, advinda de uma importante conferência mundial sobre a temática ambiental no ano de 1992, tendo a educação ambiental como um processo que:

(...) busca desenvolver a população em consciência e preocupação com o meio ambiente e os problemas associados. Para isto esta população tem de ter conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para o trabalho individual e coletivo na busca de solução dos problemas existentes e prevenção de novos (AGENDA 21, 1995, p. 434).

Trabalhar com educação ambiental nos leva a aproximar o educando à sua própria vida, seus relacionamentos com vistas a desenvolver respeito a todos os seres do planeta. Ao apresentarmos questões, discutirmos causas e efeitos, refletirmos sobre soluções e encorajando, participação e responsabilidade de cada indivíduo ou grupo, estamos percorrendo ou construindo o caminho para transformação da sociedade. Uma nova sociedade que pense o bem comum, que valorize as riquezas com que fomos presenteados pelo planeta, que nos apresenta condições perfeitas de sobrevivência e que devemos ter cuidado para podermos deixar o presente comum também às gerações futuras.

Os problemas ambientais não estão distantes como, muitas vezes, alguns de nós pensamos. Nosso ambiente é a nossa vida, o nosso local, não apenas pela sua relação com o global, mas também porque nosso ambiente é a nossa rotina, nossa saúde, nossas relações, nossas experiências. Estamos todos interligados e

problemas ambientais não são necessariamente problemas de origem natural, ao contrário, a relação das sociedades com a natureza através da reprodução do trabalho como forma de apropriação e desenvolvimento da vida acarretou em diversas modificações para o ambiente natural do planeta.

A degradação ambiental tem alcançado níveis jamais vistos; vivemos hoje uma crise ambiental sem precedentes. Fez-se necessária, portanto, uma reorganização da atuação humana em sua relação com o meio ambiente. Em tal contexto, a educação ambiental surge não só como necessidade, mas também esperança (GRUN, 1996, p. 73).

Hoje, a questão ambiental, especialmente os problemas relacionados ao meio ambiente, são produzidos de forma cada vez mais acelerada pelo modo de vida da sociedade. Neste cenário de crises em diferentes dimensões (econômica, política, cultural, social, ética e ambiental) surge uma gigantesca discussão sobre a relação entre educação e meio ambiente (GUIMARÃES, 2000).

Com isso, é imprescindível refletir sobre novas formas de pensar e agir frente a questão ambiental numa perspectiva contemporânea, visto a degradação das condições de vida que refletem a crise ambiental atual. Sendo assim, Leff (2001) ressalta a impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas ambientais visando a reversão de suas causas, sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimentos, valores e comportamentos, fundados no aspecto econômico de desenvolvimento.

Entretanto, configuram-se novos ambientes em todo o planeta, vários meios ambientes nos cercam e é imprescindível que o homem se analise como transformador para, a partir de então, tomar posse de condutas racionais diante de suas atividades e de sua interação com o meio.

A educação ambiental na escola faz parte da educação formal proposta pela legislação. Uma das primeiras leis que cita a educação ambiental é a Lei federal 6938/1981, que institui a “Política Nacional do Meio Ambiente apontando a necessidade de que a Educação Ambiental seja oferecida em todos os níveis de ensino” (BRASIL, 1981).

Seguindo o princípio da legislação ambiental brasileira, a Constituição Federal em seu artigo 225 assegura:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Como também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei 9394/96 reafirma os princípios definidos na Constituição com relação à Educação Ambiental:

A Educação Ambiental será considerada na concepção dos conteúdos curriculares de todos os níveis de ensino, sem constituir disciplina específica, implicando desenvolvimento de hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza, a partir do cotidiano da vida, da escola e da sociedade (BRASIL, 1996).

Tal temática deve estar intrinsecamente inserida nos currículos de todas as disciplinas escolares, pois, a priori a educação ambiental é educação em seu sentido político e ideológico de preparar gerações para um futuro melhor.

Como podemos certificar, a educação ambiental é também um dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação e Cultura, no qual se propõe que as questões ambientais não sejam tratadas como uma disciplina específica, mas sim que permeie os conteúdos, objetivos e orientações didáticas em todas as disciplinas.

Os PCN's estabelecem que alguns temas especiais devem ser instrumento de apoio às discussões pedagógicas na escola, na elaboração de projetos educativos, no planejamento de aulas e na reflexão sobre a prática educativa e na análise do material didático. Os PCN's enfatizam a interdisciplinaridade e o desenvolvimento da cidadania entre os educandos. Os PCN's estabelecem que alguns temas especiais devem ser discutidos pelo conjunto das disciplinas da escola, não constituindo-se em disciplinas específicas. São os chamados temas transversais. Temas transversais definidos pelos PCN's: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural (BRASIL, 2007).

Para SEEGER(2009), as questões ambientais e ou ecológicas na maioria das vezes, são tratadas em sala de aula resumidamente como aspectos físicos do ambiente (florestas, rios, solos, clima), não considerando que as questões

ecológicas estão intimamente ligadas a fatores sócio-histórico-culturais. Raramente nos projetos de educação ambiental são tratados o aniquilamento de culturas, de sentimentos, de gestos de solidariedade. Devemos propor temas que perpassem a esfera emocional da vida, a fim de desenvolvermos a solidariedade e a tolerância.

Por conseguinte, para Zakrzewsky e Coan (2003) apud SEEGER, 2009) para que a educação ambiental possa acontecer plenamente é necessária a recuperação de valores fundamentais da solidariedade humana como liberdade, tolerância, solidariedade, altruísmo, generosidade, sabedoria. Estes valores interligados desembocam na ética como conduta, na crítica social como compromisso e na criatividade como ação. Há necessidade de uma transformação de mentalidades que acarrete novos comportamentos sociais e políticos, uma nova subjetividade que permita uma cidadania planetária.

As ações, no sentido de criarem condições para a conscientização do valor da natureza através da sensibilização, veem sendo praticadas desde os anos 1970 em conferências e atos internacionais sobre o meio ambiente, dos quais desencadearam a origem e organização da Agenda 21. A educação ambiental surge então como um elemento primordial ao alcance dos objetivos propostos pela ideia da sustentabilidade, como podemos ter certeza pela legislação:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A educação ambiental como uma forma de educação deve buscar a percepção das realidades cotidianas locais, sua reflexão a respeito de práticas usadas e possíveis, comprometida com a consciência da complexidade das relações entre os elementos que compõem o meio ambiente. Como também a educação ambiental legitima o acesso à informação e ao protagonismo no que diz respeito a atuação social baseada na inclusão social e sustentabilidade. Como propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, em seu Art. 2º:

(...) que a educação ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (BRASIL, 2007).

A educação ambiental atuando no sentido de emancipar os educandos a partir da consciência ambiental, participação, ressignificação cultural, participação e responsabilidade social busca educar para a cidadania, motivando, sensibilizando, transformando a participação para a qualidade de vida.

A Educação Ambiental deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias; para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, intervenham, de modo qualificado tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente, seja físico-natural ou construído, ou seja, educação ambiental como instrumento de participação e controle social na gestão ambiental pública (QUINTAS, 2008 apud BRASIL, 2007, s/p).

E ainda, a educação ambiental como trajetória de formação de consciência pela sociedade, por meio de:

(...) um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Buscando estratégias para requerer uma gestão ambiental democrática (LAYRARGUES, 2002, p. 186).

A educação ambiental nos possibilita a necessária reflexão a respeito do meio ambiente em que vivemos, principalmente sobre os desafios na forma de pensar e agir; interligando o passado com nosso presente e principalmente com nosso futuro.

1.1 Educação Ambiental, Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável e o ecodesenvolvimento consideram o direito das gerações futuras como princípio norteador como também que a componente ambiental participe concomitantemente ao critério econômico nas decisões das comunidades envolvidas. De modo que é preciso enfatizar que o estilo de desenvolvimento ao qual atendemos deve buscar elementos da sustentabilidade para assim de fato nos desenvolvermos. Na educação ambiental é importante a aproximação do entendimento desse modelo de organização mundial para diretamente relacioná-lo ao cotidiano ambiental local.

As diferentes comunidades devem tomar iniciativas de autogestão nas determinadas escalas de atuação buscando relacionar-se com os planejamentos em desenvolvimento sustentável com enfoques regionais, nacionais ou globais. Gomes (1995 apud RODRIGUEZ, 1997, p. 51) define desenvolvimento como: "(...) sendo um processo pelo qual um organismo, uma pessoa humana ou um sistema social, materializa suas capacidades potenciais, atingindo níveis superiores e mais desejáveis de realizações e organizações".

Podemos dizer que o modelo convencional de desenvolvimento (técnico-econômico) vem buscando se reinventar através de novos modelos: o econômico e social, o modelo de desenvolvimento humano, e até mesmo os modelos de desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento. Ainda de acordo com Rodriguez, no ecodesenvolvimento:

Adquire-se consciência dos limites do meio ambiente. É um estilo de desenvolvimento mais igualitário e menos dependente que favorece a maior racionalidade sócio-ambiental para o manejo dos recursos e do espaço, utilizando projetos ecologicamente variáveis, com aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas e buscando um maior controle democrático e participação popular nas decisões. Seu paradigma conceitual é o suporte técnico para a construção de uma racionalidade produtiva alternativa: a racionalidade ecotecnológica. O ambientese concebe como um sistema de recursos e um potencial produtivo para uma estratégia alternativa de desenvolvimento (RODRIGUEZ, 1997, p. 52).

Este modelo emerge por volta da década de 1960, a partir de uma análise teórica do desenvolvimento em escala mundial. Entretanto, o modelo encontrou inúmeras barreiras no processo de “disseminação” por conta do período de embate de influências capitalistas e socialistas mundiais. As exigências em mudanças políticas e econômicas radicais não interessavam ao momento, assim Rodriguez define o desenvolvimento sustentável como baseado na dimensão humana:

Adicionalmente ao comportamento do desenvolvimento econômico e social, interessa-se em criar condições sustentáveis referidas a dinâmica social, a qualidade de vida e a dinâmica natural. Aplica-se na gestão a longo prazo da natureza, uma classe de gestão susceptível de entender as condições de resiliência, regeneração de recursos e uso planejado dos recursos não renováveis (RODRIGUEZ, 1997, p. 52).

Surgem então as etapas do desenvolvimento sustentável, dimensionando grandes temáticas e conceitos fundamentais. O desenvolvimento ambiental baseado na dimensão humana orientando-se através da satisfação de suas necessidades nos sugere a satisfação através do crescimento econômico (modelo convencional). Por outro lado, é a partir dos conceitos fundamentais ao desenvolvimento sustentável que as pessoas passam a elevar sua qualidade de vida satisfazendo assim adequadamente suas necessidades.

É relevante esclarecermos como os estilos e graus de desenvolvimento são específicos para determinados tempos e espaços. É impossível que consigamos ir de um modelo de desenvolvimento insustentável a um modelo sustentável, embora essa realidade não nos detenha em, incansavelmente, buscar as adequações econômicas, sociopolíticas, locais e territoriais que com o tempo incorporem os princípios do desenvolvimento sustentável. Segundo Layrarguez (2005) existem sutis diferenças ideológicas entre os dois conceitos de desenvolvimento, por isso a importância de nos nortearmos pela transformação social, cultural e endógena, do ecodesenvolvimento, do que pela incompatibilidade entre meta pretendida e meios utilizados do desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade é um dos principais atributos e princípios para o desenvolvimento sustentável, pois apenas quando conseguirmos incorporar a

relação sociedade e natureza a nossas atitudes e refletirmos as consequências dessa interação, estaremos pensando de fato em desenvolvimento.

A transição de uma sociedade sustentável requer um cuidadoso equilíbrio entre os objetivos a longo e curto prazo, uma maior ênfase a suficiência, a equidade e a qualidade de vida na quantidade de produção. Exige mais que a produtividade e a tecnologia, requer também maturidade, compreensão e solidariedade (PAVON; MUNOZ, 1995 apud RODRIGUES, 1997, p. 57).

Através da educação ambiental buscamos configurar uma sociedade sustentável e compromissada com a ética da sustentabilidade. Visto que é um desafio constante incluirmos as variadas dimensões que norteiam o desenvolvimento sustentável ao nosso cotidiano, como forma de apreensão da realidade através da compreensão crítica. Trabalhar com a construção e conexão das dimensões que compõem o sistema ambiental auxilia em tal situação desafiadora.

De acordo com Penteado (2010, p. 50), o desenvolvimento sustentável é um processo no qual as oportunidades oferecidas à população de um país são ampliadas atendendo as necessidades e preservando as possibilidades das gerações futuras.

A percepção da conexão da sustentabilidade e responsabilidade social se apresenta como o caminho a ser percorrido pela educação ambiental. As decisões macro (políticas, científicas e tecnológicas) não devem ser excluídas dos cidadãos. Entretanto, para poderem fazer parte com resoluções criativas e assertivas sobre o meio ambiente em que vivem, é necessário que trabalhem o princípio da sustentabilidade principalmente através de sua dimensão social.

(...) sustentabilidade são todos os processos envolvidos na manutenção da vitalidade do planeta, com a conservação dos recursos naturais, propiciando a continuidade da vida de todas as espécies, concomitante com o desenvolvimento da humanidade, para atender as presentes e as futuras gerações (BOFF, 2012, p. 189).

A dimensão geográfica pode corresponder ao conhecimento dos limites do sistema ambiental e mitigação de intervenções racionais de restaurações viáveis.

Como também, faz referência à valorização do planejamento e gestão das características dos lugares em busca de organização ecologicamente estruturada aos outros aspectos inerentes ao espaço.

A dimensão econômica direciona-se a um crescimento baseado no ecodesenvolvimento envolvendo a tecnologia em busca da descentralização econômica, aproveitamento nacional dos recursos e gestão responsável engajada com o desenvolvimento sustentável. Como afirma Rodriguez (1997) que o desenvolvimento sustentável implica não só uma nova relação entre crescimento econômico, equidade social e sustentabilidade ambiental, mas também uma nova relação política, econômica e social, entre os agentes econômicos e os agentes sociais. Além da dimensão sociocultural, significando na valorização da dimensão cultural e diversificada, da seguridade social baseada na democracia e solidariedade.

Dentro da dimensão social da sustentabilidade podemos, através de uma educação ambiental crítica e não conservadora, buscar a construção de valores como responsabilidade através do elemento cultural, que em qualquer comunidade tem relevante influência. Para Barroso (2005 apud CHACON; NEVES, 2011, p.137): “a cultura é algo que norteia o desenvolvimento de uma sociedade, determina o alcance dos seus horizontes e o êxito da sua existência”.

A cultura e seu sistema de símbolos, hábitos e padrões que determina nossa integração com o meio em que vivemos. Deve-se relacionar a educação ambiental e a realidade cultural usando-as para chegarmos a transformações qualitativas, ultrapassando a concepção do crescimento econômico, como também significativas na relação do homem com o meio ambiente.

Dessa forma, podemos fortalecer o abandono do egoísmo em nossa forma de reprodução da vida em sociedade, priorizando o uso, exploração dos recursos para atendimento de necessidades muitas vezes irrealis, partindo de especificidades do local a mudanças para o global. Como esclarece Capra (2006, p.46): “abandonando a visão egocêntrica e antropocêntrica que fragmenta os componentes do nosso planeta e adquirindo uma visão holística e das interdependências, passa-se a considerar a Terra como um ente “vivo” em virtude de toda a sua dinâmica, e desta forma, consegue preservá-la”.

A educação ambiental é a ferramenta especial para que a sociedade se torne requisitante e parte da articulação política necessária para alcançarmos o desenvolvimento sustentável.

Por isso, é por meio da educação que buscamos a descentralização do poder decisório e a ampliação da autonomia local, ao que diz respeito aos planejamentos em desenvolvimento sustentável, através do fortalecimento da responsabilidade social. Para alcançarmos, é necessário acreditar que os processos educativos formais e atividades sociais de luta pela qualidade de vida devem estar politicamente articulados.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa, onde foi realizada a presente pesquisa, está localizada no centro do município de Santa Maria, mantida pelo estado do Rio Grande do Sul e administrada pela Secretária Estadual de Educação. Em 26 de agosto de 1946, foi criada a Escola Artesanal Dr. Cilon Rosa, de Santa Maria. A escola, desde a sua fundação até 1966, funcionou em um prédio locado da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea. Em 1966, passou a ocupar um pavilhão da nova sede a Avenida Presidente Vargas e em 1971, com a conclusão do 2º pavilhão, a escola finalmente ocupa a sua sede própria.

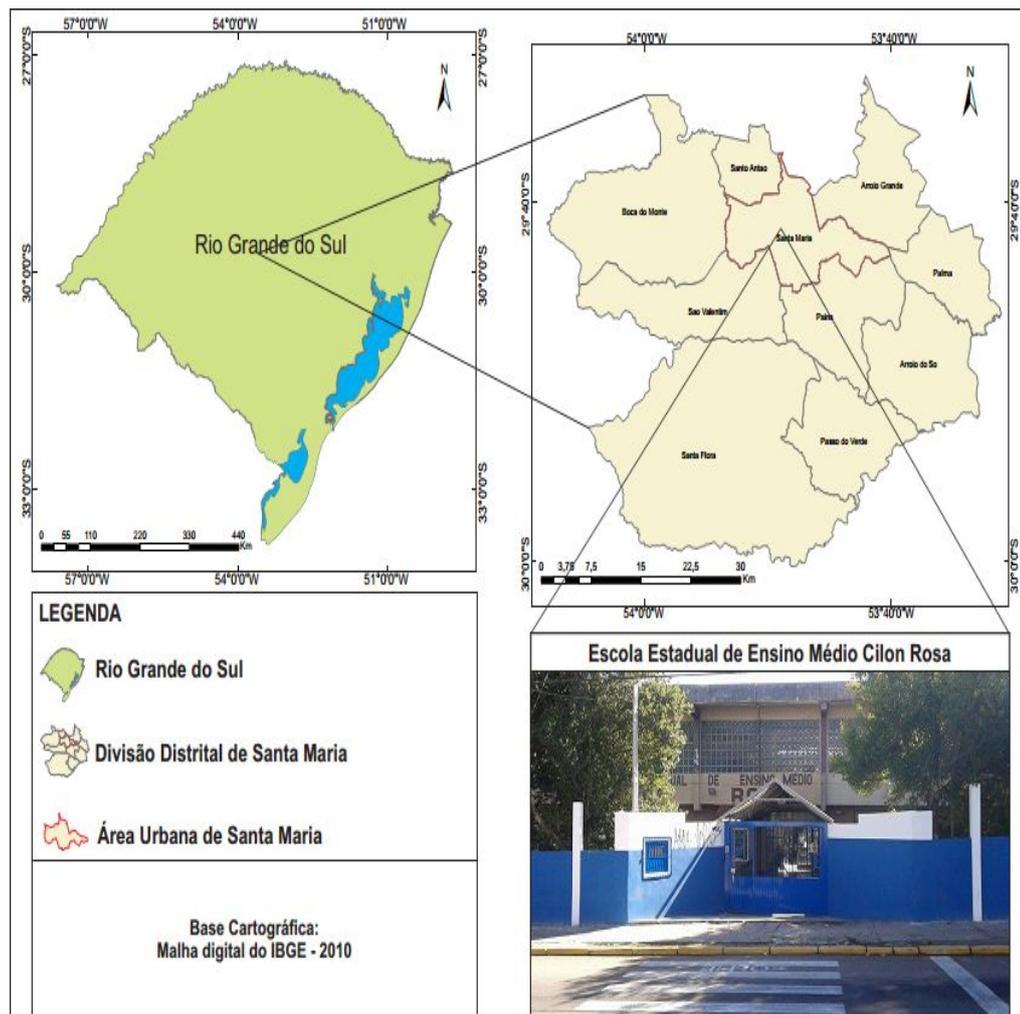


Figura 01 – Mapa de localização da Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa.
Fonte: IBGE/2010.
Org.: João Zanon/2015.

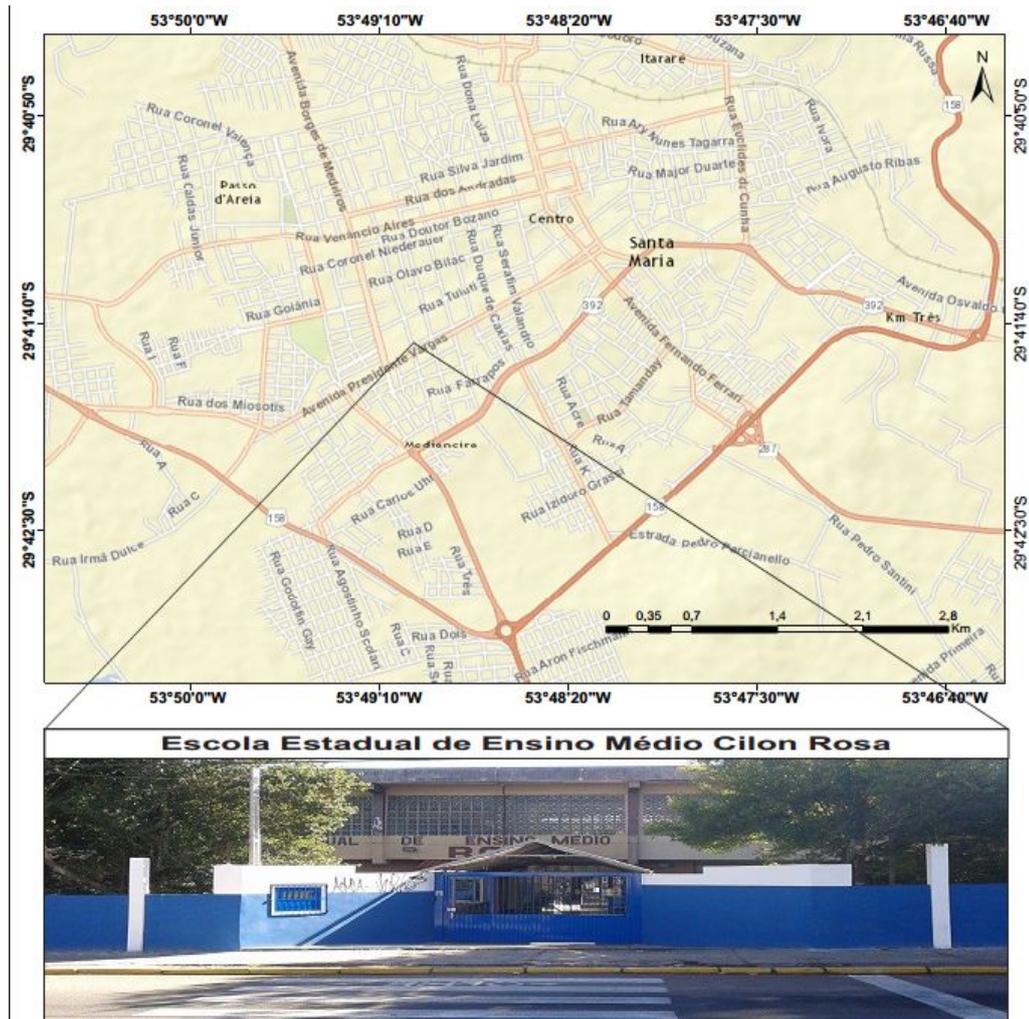


Figura 02 – Mapa de localização da Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa.
Fonte: IBGE/2010.
Org.: João Zanon/2015.

De acordo com as figuras 01 e 02, podemos identificar a localização geográfica da escola e sua fachada principal. Atualmente, a Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa, conta com um quadro de profissionais de 100 professores e 20 funcionários, totalizando 1218 alunos, na seguinte distribuição: turno da manhã com 18 turmas – 10 segundas séries e oito terceiras, turno da tarde com 14 turmas de primeira série, turno da noite com nove turmas – três primeiras séries, duas segundas séries, duas terceiras séries, como também duas turmas na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) correspondentes às etapas equivalentes a três séries do Ensino Médio.

A escola apresenta um bom espaço físico e amplo pátio, embora, como na realidade da maioria das escolas públicas, necessita de reformas em sua infraestrutura. A infraestrutura de apoio pedagógico conta com espaços como: biblioteca ampla e atualizada, laboratório de ciências da natureza, laboratório de

informática, sala multimídia, quadra de esportes e sala de recursos. As imagens a seguir mostram as dependências da escola e parte de sua infraestrutura (Figuras 03 a 14).



Figura 03 – Pátio de entrada da escola.
Fonte: Pamela Fleck/2015.



Figura 04 – Pátio da escola.
Fonte: Pamela Fleck/2015.



Figura 05 – Pátio da escola.
Fonte: Pamela Fleck/2015.



Figura 06 – Pátio da escola.
Fonte: Pamela Fleck/2015.



Figura 07 – Pátio da escola.
Fonte: Pamela Fleck/2015.



Figura 08 – Pátio da escola.
Fonte: Pamela Fleck/2015.



Figura 09 – Pátio da escola.
Fonte: Pamela Fleck/2015.



Figura 10 – Quadra da escola.
Fonte: Pamela Fleck/2015.



Figura 11 – Pátio da escola.
Fonte: Pamela Fleck/2015.



Figura 12 – Quadra da escola.
Fonte: Pamela Fleck/2015.



Figura 13 – Fachada e entrada da escola pela Rua Appel.
Fonte: Pamela Fleck/2015.

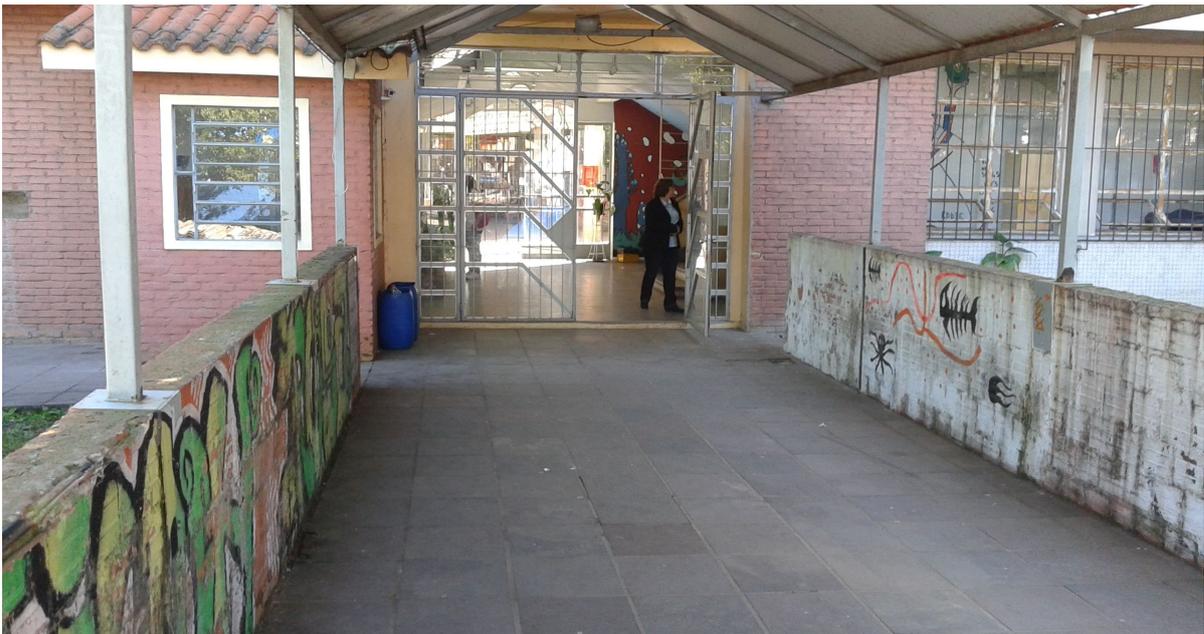


Figura 14 – Entrada da escola pela Av. Presidente Vargas.
Fonte: Pamela Fleck/2015.

2.1 Sobre o Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola vem sendo reconstruído a partir de registros dos projetos anteriores. Percebe-se que a escola buscou, no decorrer do tempo, novos rumos. No entanto, não conseguiu vencer totalmente a

fragmentação da prática, organizar a matriz curricular equacionada, bem como efetivar um trabalho interdisciplinar constante. A comunidade ainda enxerga a escola como preparatória para concursos de vestibulares, ENEM (visando PROUNI e SISU), reforçando a perfil conservador da escola e dificultando as transformações que, principalmente, a nova legislação propôs.

Contudo, a escola vem buscando essa nova adaptação, em seu PPP contempla o trabalho com projetos objetivando complementar e aprofundar o trabalho desenvolvido em sala de aula e, ainda, sensibilizar o educando incentivando-o a se conscientizar e buscar melhor qualidade de vida, como também contempla a consonância da Lei 10639/03 (BRASIL, 2003) trabalhando com a cultura afro-brasileira.

A gestão escolar e a formação continuada veem de encontro à proposta desta pesquisa. A escola norteia sua gestão e tomada de decisões através de um processo dialógico, democrático e participativo, integrando toda a comunidade escolar em encontros periódicos para reflexões e planejamentos referentes aos seus aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.

A formação continuada acontece através de um seminário de formação continuada destinada à comunidade escolar para a discussão de temas pertinentes à educação. Conta com o apoio da 8ª CRE, desenvolvida por meio de palestras, oficinas e debates de profissionais dos Centros Formadores de Ensino Superior como também profissionais de diversas áreas afins a educação.

2.2 Regimento Escolar

A escola por sua filosofia entende que (Regimento Escolar):

A concepção de ser humano baseia-se nos princípios de cidadania, responsabilidade, autonomia intelectual, alicerçada em valores como honestidade, fraternidade, solidariedade, comprometimento, consciência ecológica, respeito e amor ao próximo, que constituem um cidadão crítico, criativo e agente transformador da sociedade, no sentido de torná-la mais justa, com menos desigualdades.

Tem como objetivos pertinentes a esta pesquisa, o trabalho educacional na perspectiva de propostas desafiantes, metodologia comprometida com a participação, criatividade e criticidade. Como também proporcionar espaços de formação continuada em todos os segmentos da comunidade escolar.

Para a execução do trabalho na escola é imprescindível o trabalho das equipes de apoio como o coordenador pedagógico, o articulador do processo político pedagógico, junto ao administrativo e ao planejamento de todas as atividades pedagógicas. O supervisor escolar é o motivador de inovações no processo educacional, buscando a interdisciplinaridade na reconstrução dos planejamentos curriculares, como coordenar e participar da implementação do projeto político administrativo e pedagógico, especialmente dos seminários integrados, dos planos de estudos, conselhos de classe e levantando alternativas na elaboração do calendário escolar.

A orientação educacional, setor que foi a gênese desta pesquisa, coordena a ação que visa integrar o aluno ao processo ensino-aprendizagem e ao meio ambiente, proporcionando condições que facilitem a integração entre escola, família e comunidade, colaborando na obtenção de um ambiente favorável, com vistas à prevenção de desajustes.

Referente à metodologia de ensino, leva-se em conta a prática e a teoria contribuindo para uma ação transformadora da realidade e considera necessariamente: a interdisciplinaridade, a pesquisa pedagogicamente estruturada e praticada através de projeto vivencial, o trabalho como princípio educativo e a elaboração de projetos vivenciais.

Já a articulação curricular ocorre por meio de projetos vivenciais construídos nos seminários integrados, pela transversalidade das temáticas, oportunizando a construção da aprendizagem. Os seminários integrados constituem-se em espaços planejados, com a participação de professores, realizados desde o primeiro até o último ano e apresentam complexidade crescente na proposição dos projetos.

Neste contexto, nos encaminhamos para o capítulo de finalização, no qual apresenta-se a sustentação do trabalho com educação ambiental no seminário integrado. Primeiramente a partir das orientações das diretrizes para o ensino médio e, após, o apoio do trabalho para o acréscimo da educação ambiental concentra-se no seminário integrado norteado pela proposta da reforma do ensino médio.

3 CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DE FORMAÇÃO DOCENTE

Na parte seguinte e concludente do trabalho apontam-se algumas considerações a respeito de possibilidades de trabalho, a partir da educação ambiental na escola pesquisada. Evidenciam-se aspectos referentes à legislação que assegura a legalidade e viabilidade de incorporar a educação ambiental nas propostas pedagógicas da escola.

3.1 Segundo a Legislação de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e a Educação Ambiental

O trabalho com a educação ambiental para o ensino médio está previsto nas legislações. O texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio nos traz vários pontos nos quais podemos nos certificar de que trabalhar a educação ambiental no Seminário Integrado, através de um projeto de formação docente, é um caminho possível. Já no seu artigo 5º, as diretrizes apontam que toda a forma e oferta de ensino médio devem basear-se na:

- I: formação integral do estudante;
- II: trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos respectivamente;
- III: educação em direitos humanos como princípio nacional orientador;
- IV: sustentabilidade ambiental como meta universal;
- V: indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2012, p 02).

Em seu inciso 1º, do mesmo artigo, expressa que “O trabalho é conceituado em sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização do ser humano no processo de mediação e produção da existência” (BRASIL, 2012, p. 02). No inciso 4º completa este já citado lembrando a importância da cultura ao se

trabalhar com educação ambiental: “A cultura é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta em uma sociedade” (Idem).

Auxiliando na existência de um projeto pedagógico construído pelos professores para se familiarizarem com o trabalho em educação ambiental no seminário integrado, as diretrizes citam o currículo no ensino médio em seus incisos 1º e 2º, do artigo 9º:

1º: O currículo deve contemplar as quatro áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos.

2º: A organização por diferentes áreas não dilui nem exclui componentes curriculares com especificidades e saberes próprios construídos e sistematizados, mas implica no fortalecimento de relações entre eles e a contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo planejamento e execução conjugados e cooperativos dos seus professores (BRASIL, 2012, p. 03).

A educação ambiental surge como obrigatoriedade ao ensino médio em seu artigo 10º nas diretrizes, no capítulo II diz: "com tratamento transversal e integradamente, permeando todo o currículo, no âmbito dos componentes curriculares a educação ambiental pela lei 9.795/99 que dispõem sobre a Política Nacional de Educação Ambiental" (Idem, p. 05).

Já no capítulo V do artigo 13, decorrendo ainda a mesma legislação para o ensino médio: "a sustentabilidade socioambiental como meta universal, desenvolvida como prática educativa-integrada, contínua e permanente, e baseada na compreensão do necessário equilíbrio e respeito nas relações do ser humano com seu ambiente" (Idem, p. 09), aparece como fundamento presente na seleção de conhecimento, componentes, metodologias, tempos, espaços, arranjos alternativos e formas de avaliação.

Na segunda parte da legislação que apresenta as formas de oferta e organização do ensino médio, a proposta desta pesquisa vem mais uma vez ao encontro da legislação, pois em seus capítulos VIII e XIII, do artigo 14º falam de integração, transdisciplinaridade e busca pela interdisciplinaridade:

VIII: os componentes curriculares que integram as áreas do conhecimento podem ser tratados ou como disciplinas, sempre de forma integrada, ou como unidades de estudos, módulos, atividades, práticas e projetos contextualizados e interdisciplinares ou diversamente articuladores de saberes, desenvolvimento transversal de temas ou outras formas de organização;

XIII: a interdisciplinaridade e a contextualização devem assegurar a transversalidade do conhecimento de diferentes componentes curriculares, propiciando a interlocução entre os saberes e os diferentes campos do conhecimento (BRASIL, 2012, p. 13).

Finalizando a análise da última parte do texto sobre as diretrizes sobre o PPP, a proposta da pesquisa se apresenta como um dispositivo para auxiliá-lo em ofertar a educação ambiental na escola a partir dos parágrafos I e XVII:

I: atividades integradoras artístico- culturais, tecnológicas e de iniciação científica, vinculadas ao trabalho, ao meio ambiente e a prática social; XVII: estudo e desenvolvimento de atividades socioambientais, conduzindo a Educação Ambiental como uma prática educativa integrada, contínua e permanente (BRASIL, 2012, p. 13-17).

Logo, projetos em educação ambiental, por sua característica de integradores, configuram-se como articuladores na construção coletiva do Projeto Político Pedagógico.

3.2 Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional 2011-2014

A proposta de reestruturação do ensino médio, documento construído pelo plano de governo do Rio Grande do Sul, no período de 2011-2014, teve sua publicação no ano de 2011 e estabeleceu que as escolas teriam até o ano de 2014 para adaptarem-se às mudanças, a fim de alcançar as metas estabelecidas pelo governo, dentre elas, reversão do alto índice de evasão e reprovação com qualidade social. A proposta basicamente se constitui pela politecnicidade (ensino médio politécnico), constituindo-se na articulação das áreas do conhecimento e suas

tecnologias com os eixos: cultura, ciência, tecnologia e trabalho enquanto princípio educativo.

Tal documento contextualiza uma proposta para a educação do século XXI, o qual tem a responsabilidade de ofertar a juventude e ao mundo um novo paradigma, uma mudança estrutural que coloque o Ensino Médio para além da mera continuidade do ensino fundamental, instituindo-o efetivamente como etapa final da educação básica. Um ensino médio que contemple a qualificação, a articulação com o mundo do trabalho e práticas produtivas, com responsabilidade e sustentabilidade e com qualidade cidadã (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

A execução da proposta conta com uma formação interdisciplinar, partindo das realidades sociais, sem esquecer os conteúdos formais para interferir nas relações de produção e sociais, afim de desenvolver a solidariedade e a valorização da dignidade humana. As relações sociais são mediadas dentro do sistema capitalista de produção e reprodução da existência e do conhecimento, este por si só desigual e excludente. Nesse contexto, a proposta de reestruturação da educação profissional tem em vista a ampliação das possibilidades de inclusão no mundo do trabalho através do acesso aos direitos básico da cidadania.

Para isso, a proposta baseia-se em alguns princípios educativos que serão apresentados a seguir. O primeiro deles é o trabalho, frente a novas demandas de educação em geral, através das mudanças ocorridas no mercado de trabalho. A escola é fundamental dentro desse sistema, pois é o lugar onde se ensina a compreensão da realidade, para assim transformá-la a partir do domínio da teoria. Cada momento na história das sociedades exige projetos pedagógicos que expressem as necessidades educativas determinadas pela forma de organização da sociedade.

Dentro disso, a proposta de reestruturação apresenta o trabalho como primeiro princípio educativo:

Compreender o trabalho como todas as formas de ação que os seres humanos desenvolvem para construir as condições que asseguram a sua sobrevivência implica em reconhecê-lo como responsável pela formação humana e pela constituição da sociedade. É pelo trabalho que os seres humanos produzem conhecimento, desenvolvem e consolidam sua concepção de mundo, conformam as consciências, viabilizando a convivência, transformam a natureza construindo a sociedade e fazem história (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 13).

3.2.1 Politecnia

De maneira geral, embora não profissionalizante, na organização curricular supõem novas formas de seleção e organização dos conteúdos, baseando na prática social, dialogando entre as áreas do conhecimento, enfatizando a qualidade da relação do conhecimento pelo protagonismo do aluno. A proposta guia-se pelos seguintes princípios orientadores: a totalidade e a parte, transitando pelos conhecimentos científicos e reconhecendo os saberes: “a concepção pedagógica que orienta a construção curricular, afirma a centralidade das práticas sociais como origem e foco do processo de conhecimento da realidade, o diálogo como mediação de saberes e de contradições e entende que a transformação da realidade se dá pelos sujeitos” (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 17), a teoria e a prática “o diálogo permanente e consciente”, a interdisciplinaridade e a pesquisa.

A interdisciplinaridade se mostra intrínseca à nova proposta, sem fazer uma discussão rebuscada e também sem tentar simplificá-la, baseamo-nos no diálogo entre as disciplinas, no qual a comunicação vem como um reforço na tentativa de intencionalizar ações nesse sentido. “A compreensão que os problemas não são resolvidos apenas à luz de uma única disciplina ou área do saber desmitifica a ideia, ainda predominante, da supremacia de uma área de conhecimento sobre outra.”(RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 19).

Para o trabalho com educação ambiental proposto, o trabalho interdisciplinar é uma estratégia de ativação que viabiliza o estudo de temas transversais e ações pedagógicas integradoras. Já a pesquisa, positivamente, veio a ter maior integração ao cotidiano da escola. Ela é uma oportunidade de apropriação adequada da realidade e projeta intervenções como sujeitos pesquisadores e cidadãos. É a democratização do conhecimento, garantia de construção de novos saberes.

Propõe-se, assim, uma escola de ensino médio que atue como uma comunidade de aprendizagem. Nela, os jovens desenvolverão uma cultura para o trabalho e demais práticas sociais por meio do protagonismo em atividades transformadoras. Explorarão interesses vocacionais ou opções profissionais, perspectivas de vida e de organização social, exercendo sua autonomia e aprendendo a ser autônomo, ao formular e ensaiar a concretização de projetos de vida e de sociedade(UNESCO, 2011 apud RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 21).

3.2.2 Organização curricular do ensino médio politécnico e o seminário integrado

A proposta para o ensino médio apresenta a contemplação de aspectos legais e políticos, na aproximação da prática educativa ao mundo do trabalho e práticas sociais através de um currículo que articule uma formação geral e uma parte diversificada.

Entende-se por formação geral (núcleo comum): “um trabalho interdisciplinar com as áreas de conhecimento com objetivo de articular o conhecimento universal sistematizado e contextualizado com as novas tecnologias, com vistas à integração ao mundo do trabalho” (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 23).

Já a parte diversificada (humana – tecnológica – politécnica): “a articulação das áreas do conhecimento, a partir das experiências e vivências com o mundo do trabalho, a qual apresente opções e possibilidades para posterior formação profissional nos diversos setores da economia e do mundo do trabalho” (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 23).

A partir de tal organização, o seminário integrado será a metodologia de articulação dos dois blocos do currículo, sendo o espaço para a construção de projetos entre as áreas de conhecimento e eixos transversais. Integralmente como apresentado na proposta:

Os seminários integrados constituem-se em espaços planejados, integrados por professores e alunos, a serem realizados desde o primeiro ano e com complexidade crescente. Organizam o planejamento, a execução e a avaliação de todo projeto – político – pedagógico, de forma coletiva, incentivando a cooperação, a solidariedade e o protagonismo do jovem adulto (RIO GRANDE DO SUL, 2011, pg. 23).

Logo, afirma-se que a proposta desta pesquisa vem a constituir um espaço de comunicação, socialização e planejamento do plano de trabalho da disciplina de seminário integrado. Através de uma iniciativa via coordenação escolar, de oferecer um espaço de formação de professores pelos próprios, na troca e avaliação de experiências e práticas até então trabalhadas e através da parceria com demais

instituições, por meio de um cronograma de formação a partir das necessidades de cada momento.

Como descrito no texto da reforma; “a realização e organização dos seminários integrados devem ser garantidos pela equipe diretiva de forma geral, e especificamente a responsabilidade de coordenação geral dos trabalhos pela supervisão e orientação educacional” (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 23-24).

Além disso, o coletivo de professores e professoras terá a autonomia de apropriação e compartilhamento do processo de construção e execução do trabalho deles e para eles próprios. A partir disso, organizar o trabalho pedagógico em seminário integrado, dessa forma, poderão ser elaborados projetos a partir da pesquisa explicitando situações-problema locais, através dos diversos eixos transversais dentro do projeto pedagógico docente para o seminário integrado em educação ambiental. São eixos temáticos transversais da parte diversificada: acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica e áreas da produção.

3.3 Pistas para a Construção de um Espaço de Formação Docente

Diante do que já foi exposto até então, podemos perceber que, através do seminário integrado, a escola tem a oportunidade de aperfeiçoar, reorganizar e planejar, inferindo mudanças na educação ambiental de sua realidade.

Dentro desta perspectiva, procura-se também incentivá-los a construir propostas que estejam inseridas em nossa realidade e que venham a responder a precisão do meio ambiente escolar no Cilon Rosa. O trabalho com professores/as tende a um alcance maior dos objetivos da educação ambiental. Nesse caso, o trabalho com os interessados ou envolvidos com o seminário integrado através da liberdade que tal disciplina propõe, favorece os professores a trabalharem inúmeros temas em educação ambiental durante todo o ano letivo, através de projetos bem elaborados, pesquisas orientadas e seminários de apresentação e divulgação do que foi produzido.

Quanto à coordenação, que algumas vezes encontra dificuldades no auxílio aos professores e professoras, quando estes questionam a proposta da disciplina de seminário integrado, não se sentindo preparados ou a vontade para trabalhar com tal disciplina, esta pesquisa vem facilitar o primeiro passo como proposta em educação ambiental em período de reconstrução do PPP.

Através desta proposta, pode-se iniciar uma discussão mais abrangente, como também auxiliar na unificação do trabalho com seminário integrado, na organização e divulgação dos trabalhos produzidos. Dessa forma, quando a coordenação pedagógica vier a ser questionada pelo grupo docente sobre um plano de estudos e de trabalho para a disciplina de seminário integrado, já teremos avançado nessa requisição.

E na continuação da construção do projeto unificado em educação ambiental, a comunidade escolar será a protagonista do trabalho, sendo a potencializadora dessa ideia além da escola. Quando a proposta consolidar-se, poderemos ter uma integração total do trabalho através do pedagógico e da educação ambiental, de forma que todos sentirão uma adaptação natural em trabalhar pela melhoria, a favor do meio ambiente e, principalmente, no sentido de manter a proposta, dando continuidade e incorporando novas relações humanas e, conseqüentemente, destas com o meio ambiente em que vive.

O trabalho com a educação ambiental, principalmente em escolas com pouca ou nenhuma iniciativa, se mostra como um desafio. Todavia, o foco deste trabalho é o projeto de formação docente e que envolverá a comunidade escolar para a efetivação da educação ambiental na escola e além dela.

3.4 Formação Docente

A proposta de trabalho sugere a oportunidade de um espaço-tempo para troca de experiências e reflexões entre docentes, para que possam ocorrer através desta comunicação, transformações, novas significações na busca por maneiras e alternativas que possibilitem incorporar no fazer pedagógico cotidiano a discussõesobre as questões ambientais. O estabelecimento de uma conversa para promover uma relação de acolhimento e de cooperação no grupo de trabalho

apresenta a oportunidade de se levar em consideração os saberes e experiências do grupo. A escuta atenta de uns pelos outros, a pausa para poderem se acolher, pensar, sentir e se perceberem como grupo, investido na mesma práxis e, mais importante, na mesma motivação.

A partir desta abertura todos trabalharão na reflexão de como inserir a educação ambiental em práticas cotidianas, de que forma cada disciplina e área pode contribuir, evidenciando a riqueza de possibilidades que poderão surgir desse trabalho dialogado. Como ressalta Barcelos, que problemas ambientais atuais sugerem novas formas de abordagem para o trabalho que não apenas apresentem a realidade:

O trabalho com as questões ambientais está a exigir um grande esforço intelectual no sentido de repensarmos alguns de nossos modelos de pensar e agir. Modelos estes que tem se mostrado insuficientes para tratar das questões ecológicas contemporâneas nas suas mais diversas formas de apresentação. Por outro lado, as questões ambientais, em muitos casos, têm se apresentado como problemas novos, até há pouco tempo desconhecidos de estudos e pesquisas. Assim sendo, nada mais sensato que adotarmos ideias e alternativas novas quando estamos frente a problemas, também, novos, emergentes (BARCELOS, 2012, p. 35).

Este novo processo de abordagem pode ser inicialmente conhecido e construído através de espaços-tempos de formação de docentes, baseados no diálogo e trocas no trabalho em grupo. A temática ambiental na escola enquadra-se no momento em que a sociedade passa por transformações, rupturas e incertezas em busca de alternativas para a construção de um mundo social e ecologicamente mais justo.

Para isso, de acordo com Penteado (2010, p.61): “devemos transformar a escola informativa em formativa, pois, esta é o local ideal para o desenvolvimento de uma consciência ambiental aliada à cidadania, através de um ensino ativo e participativo”.

Esta proposta de trabalho, sugerida através da pesquisa em questão, busca proporcionar a superação de impasses e insatisfações vividas de modo geral pela escola da atualidade. As dificuldades do trabalho docente, por diversas razões, dentre elas as más atitudes de seus alunos como forma de manifestação contra metodologias conservadoras, carecem de transformações acessíveis e viáveis

através da proposta de reforma do ensino médio pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, o corpo docente alcança autonomia na orientação dos trabalhos escolares através da lógica ambiental, estimulando a mudança, a transformação a partir do trabalho pedagógico na prática em grupo. Contribui na mudança do seu fazer pedagógico para a formação de pessoas capazes de criar e ampliar espaços de participação, no sentido de tomadas de decisões com relação aos nossos problemas socioambientais, partindo da realidade do fazer pedagógico das necessidades do Cilon Rosa, para o desenvolvimento da cidadania e formação da consciência ambiental.

3.5 Algumas Alternativas para o Espaço de Formação: Escolas Sustentáveis e Com-Vida

Esta abordagem do trabalho de pesquisa apresenta uma proposta de formação docente que servirá como passo inicial para a implementação do projeto pedagógico junto ao Seminário Integrado A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), em articulação com os sistemas de ensino, implementa políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. O objetivo da Secadi é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando a efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

3.5.1 A escola como lugar no mundo

A inserção da educação ambiental no espaço do seminário integrado, ocorrerá através do percurso do planejamento do trabalho. A formação do primeiro

grupo é o primeiro passo, o grupo será formado pelos professores que possuem turmas de seminário integrado como também aqueles que interessam-se pela disciplina ou pela temática ambiental. No decorrer da primeira metade do primeiro trimestre do ano, acontecerão as formações norteadoras; com o grupo de professores de seminário integrado e afins (primeiro grupo), por meio de reunião acordada pela coordenação convoca-se os docentes para estudo do cronograma de formação. Os professores de seminário integrado serão o meio de comunicação e "dispersão" do projeto entre os demais professores, entre seus turnos específicos.

O espaço- tempo de formação para os demais professores além do primeiro grupo acontecerá através das reuniões de área, nesta escola cada dia na semana é destinado a reunião de uma área de conhecimento, neste dia os professores não possuem períodos frente aluno. Os professores de seminário integrado, propõem a temática aos colegas de área, estes trabalham com as mesmas turmas apesar de não estarem ministrando tal disciplina. Por meio deste primeiro contato, os professores das diferentes disciplinas tem a oportunidade de auxiliar o trabalho com educação ambiental no seminário integrado e intensificar o trabalho em grupo, quando sugerem como sua disciplina poderá abordar tais temáticas que vierem a ser escolhidas como integradoras das disciplinas. No decorrer das semanas, os professores podem ajudar-se nos estudos e trocas de ideias e experiências.

Partiremos do material da Secadi; encaminhando o cronograma de formação, orientando para uma ambientação e engajamento do grupo frente às questões ambientais. Reafirmamos que todos temos responsabilidade, e cada um tem sua importância no sistema ambiental em que vivemos, devendo assim usar suas ações para o bem comum.

O cronograma de formação perpassa três diferentes módulos, cada um com variados eixos de integração e articulação para a formação em educação ambiental. O primeiro módulo (Eu / Outro/ Mundo : Engajamento); possui como eixos de trabalho: Pegada ecológica (eixo 1), A escola como lugar no mundo (eixo 2) e o Espaço físico da escola (eixo 3). O segundo módulo (Eu / Outro/ Mundo : Responsabilidade na escola); conta com um único eixo intitulado: Identidade. O terceiro e último módulo (Eu / Outro/ Mundo: Comunidade e ecotécnicas para sustentabilidade, possui os três e últimos eixos de formação: Bem estar e qualidade de vida (eixo 1), Com -Vida em atividades transformadoras e ecotécnicas (eixo 2) e Projeto de adequação da escola (eixo 3).

Durante as formações serão feitas entrevistas com as com a comunidade escolar que fornecerão o diagnóstico das questões ambientais vistas pela comunidade escolar. Estes dados potencializarão a a proposta de projetos em educação ambiental na escola através do Seminário Integrado.

O fechamento do projeto acontecerá através de uma mostra das ações à comunidade escolar a respeito dos projetos executados durante o ano letivo no Seminário Integrado.

Dessa forma, identificamos que a transformação das ações advindas do seminário integrado no Cilon Rosa e a inserção da educação ambiental neste espaço, perpassa a mudança de consciência d da comunidade escolar. Assim, a união e a coerência deste projeto pedagógico junto ao seminário integrado potencializará a educação ambiental na escola a partir do trabalho em grupo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que a oportunidade de desenvolver esta monografia para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Ambiental foi essencial para minha formação como docente. Tal instrumento é um momento importante de aprendizado e reflexão sobre conceitos apresentados durante o curso e reconsiderados durante a elaboração do trabalho, bem como a adequação na tentativa de ponderar a respeito da realidade da minha vivência profissional auxiliada pela formação orientada pelo curso.

Com a realização do presente trabalho, algumas considerações foram evidenciando-se no sentido de que abordar a temática ambiental no contexto proposto é constantemente desafiante. Exige abertura do corpo docente para aprender sobre alguns temas que não são familiares às suas formações. Além do que, conciliar esta abordagem ao espaço conflituoso da disciplina de seminário integrado, aliado aos objetivos de transformar ações pedagógicas dentro do plano de trabalho elaborado pelos professores ao trabalho conduzido pela equipe diretiva, incentiva a incumbência do diálogo e do trabalho em grupo muitas vezes menosprezado pela equipe.

Novos projetos, principalmente relacionados a temáticas e metodologias diferentes, junto ao excesso de trabalho e esgotamento físico e psicológico dos professores, tendem em um primeiro momento a receber negativas e resistência do grupo de professores. Entretanto, busca-se a integração e apoio da equipe diretiva, ao harmonizar o projeto de formação para o seminário integrado e educação ambiental a momentos previstos e organizados, proporcionando espaço e autonomia ao grupo de professores.

Por outro lado, vislumbra-se a participação de alguns professores mais flexíveis e já adaptados ao trabalho em grupo e abertos à comunicação para a formação dentro do próprio grupo. Posteriormente, a aceitação e participação de outros professores pode ocorrer, também através da divulgação e organização de todos os bons trabalhos já efetuados até então, ou pela espera de um plano de trabalho para a disciplina de seminário integrado.

Contudo, acredito que a proposta da presente pesquisa configura um primeiro passo, a gênese da organização e unificação do trabalho com a educação ambiental. Acredito ainda que, a continuidade do trabalho e divulgação através da troca de boas iniciativas entre diferentes escolas, apresenta-se como uma grande integração do trabalho em educação ambiental, trazendo então maior representatividade na construção da cidadania para a transformação do mundo em um lugar mais justo e menos egoísta.

Sendo assim, acredito que os objetivos puderam ser atendidos com sucesso e que a interpretação e aplicação da pesquisa, irá tornar-se uma importante estratégia de trabalho para a escola em questão, conciliar suas propostas pedagógicas à legislação, integrando o trabalho docente, diminuindo diferenças e aprimorando o trabalho com a educação ambiental.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. Brasil, 1995. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BARCELOS, V. **Educação Ambiental:** sobre princípios, metodologias e atitudes. Petrópolis: Vozes, 2012

BOFF, L. **Sustentabilidade:** o que é e o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL, **LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. **Constituição Federal,** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996** – Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Caderno SECAD 1. Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Brasília, 1996.

BRASIL. **LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999.** Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. **LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 25 mai. 2015.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** 2007. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/?tmpl=component&printi=1>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 30 DE JANEIRO 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. 2012. Disponível em <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Conceitos de Educação Ambiental.** 200?. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>>. Acesso em 10 jul. 2015.

CAPRA, F. **O Ponto de Mutação.** 26ª reimpressão. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 2006.

CHACON, S.S; NEVES, F.G.T. **Educação Ambiental e Sustentabilidade III.** In: MATOS, K. S. A. L. (Org.) Fortaleza: Edições UFC, 2011.

GRUN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária.** Campinas: Papyrus, 1996.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: no consenso um debate?.** Campinas: Papyrus, 2000.

LAYRARGUES, P. P. A crise ambiental e suas implicações na educação. In: QUINTAS, J. S. (Org.) **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente.** 2ª edição. Brasília: IBAMA, 2002. Disponível em: <<http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/biblioteca/LayrarguesCriseAmb.pdf>>. Acesso em 25 mai. 2015.

LAYRARGUES, P. P. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?.** In: <<http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/biblioteca/Layrarguesecodesenvolvimento.pdf>> Acesso em: 10 set. 2015.

LEFF, E. **Saber ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2001.

PENTEADO, H.D. **Meio ambiente e formação de professores.** São Paulo: Editora Cortez, 2010.

QUINTAS, J. S. **Salto para o futuro**, 2008. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/?tmpl=component&printi=1>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. **Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – 2011-2014**. 2011. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/ens_med_proposta.pdf>. Acesso em: 15 de jul. 2015.

RODRIGUEZ, J. M. M. **Desenvolvimento sustentável e planejamento: bases teóricas e conceituais**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1997.

SEEGER, E.P. **Valores éticos e educação ambiental: algumas possibilidades na escola municipal de ensino fundamental**. 2009. 53 f. Monografia (Especialização em Educação Ambiental) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.